

Documentos Necessários para Inscrição nos Quadros da OAB/MG

Estagiário

A inscrição como estagiário poderá ser requerida nos 2 (dois) últimos anos do curso de Direito (7º, 8º, 9º ou 10º período). Acadêmico com grade curricular irregular, comprovar na certidão, previsão de colação de grau, que não deverá ultrapassar 2 (dois) anos, conforme Art. 9º, §1º da Lei 8.906/94.

Os documentos deverão ser apresentados em CÓPIA SIMPLES, acompanhada do original para conferência, vedado documento retirado da internet, exceto certidão de quitação eleitoral.

- Requerimento impresso de inscrição da OAB/MG, preenchido eletronicamente;
- Certidão de matrícula do curso de Direito, constando ano ou período, com previsão de formatura e frequência na Prática Jurídica. Caso o interessado não esteja cursando prática ministrada pela faculdade, deverá juntar declaração de escritório ou órgão público conveniado com a OAB/MG;
- CPF e Documento de Identidade, constando naturalidade, órgão expedidor e data de emissão;

São aceitos como documento de identidade:

- cédula de identidade, expedida por Secretaria de Segurança Pública ou Polícia Civil;
- carteira funcional expedida por órgão público, reconhecida por lei federal como documento de identidade ou expedida por órgão fiscalizador do exercício de profissão regulamentada por lei;
- carteira nacional de habilitação expedida pelo DETRAN, acompanhada de certidão de nascimento ou casamento. Neste caso, será grafado no cartão de identidade profissional o número da CNH;
- carteira de trabalho e previdência social (CTPS).

Constará nos documentos profissionais da OAB/MG o número do documento apresentado.

- Certidão de quitação eleitoral expedida pela internet ou na Justiça Eleitoral nos últimos 30 dias, no endereço eletrônico www.tse.jus.br;
- Certificado de reservista (frente/verso);
- Comprovação de estado civil através de documento hábil (exceto solteiro(a));
- Certidão de inteiro teor do processo de estagiário, quando inscrito nesta categoria em outra Seccional;
- Comprovante de Residência;
- Comprovante de pagamento da [Taxa](#) (a ser gerada no preenchimento do requerimento);
- Biométrico para identidade, preenchido presencialmente;
- Duas fotos 3x4, recentes (não mais que 6 meses), coloridas ou em preto e branco, em foco, sem moldura, recente, sem data, com fundo branco (homens com paletó e gravata e mulheres em trajés condizentes com a dignidade da profissão).

OBS.:

- Os servidores da administração direta, indireta ou fundacional e de qualquer instituição financeira deverão juntar documento (declaração) com data recente (máximo 30 dias) do empregador contendo cargo, função e atribuições.
- Caso o interessado tenha exercido cargo público incompatível com exercício da advocacia, comprovar através de publicação oficial o desligamento.
- O interessado não poderá ter débito de anuidades anteriores.
- Os documentos profissionais serão entregues em Sessão solene, previamente marcada pela Diretoria, nos termos do disposto no artigo 8º, inciso VII, da Lei 8.906, de 04 de julho de 1994, quando será prestado o compromisso legal, exceto nos casos de reinscrição, restabelecimento, suplementar e transferência.